



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA
– CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/FNDE/DIGAP/ Nº /2018

1. Número e Título do Projeto

OEI – BRA14/004 - AMPLIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS OPERACIONAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

2. Objetivo da Contratação

Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento de estudos subsidiários ao processo de aprimoramento dos projetos de infraestrutura educacionais e suas respectivas identidades visuais, no âmbito das ações desenvolvidas e executadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

3. Enquadramento

3.1 Resultado

Resultado 1.1 - Processos e procedimentos formulados e validados para ampliar a efetividade dos instrumentos e estratégias de gestão e de avaliação das políticas e dos programas relacionados ao desenvolvimento da educação e do PNE.

3.2 Atividade

Atividade 1.1.8 - Formular e testar mecanismos e instrumentos especialmente aplicáveis na gestão e na assistência técnica e financeira aos programas/projetos de formação docente, produção de recursos pedagógicos e de melhoria e expansão da estrutura física da rede escolar.

4. Justificativa

O Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014 a 2024 - sancionado pela Lei Nº 13.005 de 2014, é composto por dez diretrizes de bastante relevância para a melhoria da educação, destacando-se dentre elas: a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, a melhoria da qualidade da educação, estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade e a valorização dos profissionais de educação.

No referido plano foram estabelecidas metas e estratégias que serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação e também por outras instâncias. Neste contexto é importante destacar a utilização do Plano de Ações Articuladas - PAR como estratégia federal para o planejamento plurianual das políticas de educação em que os entes elaboram plano de trabalho, a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares, aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de suas redes públicas de ensino, bem como o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

Conforme consta no Art. 7º do referido Plano, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas no texto, e também terão a incumbência de elaborar os planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de 1 (um) ano da publicação da lei, conforme disposto em seu art. 8º.

Estes aspectos balizam a necessidade da realização de estudos, diagnósticos, análises e outras ações estratégicas que mantenham interligação entre o PNE e os instrumentos disponibilizados para planejamento, gestão e práticas político pedagógicas da educação.

Nesse sentido, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem buscado inovar e modernizar sua forma de gestão para superar os desafios e atingir as finalidades que lhe são atribuídas, visando alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos, em especial a educação básica da rede pública.

Entre os principais programas de infraestrutura executados pelo FNDE, está o Programa Proinfância, que foi criado para suprir a carência de vagas nas redes municipais de educação infantil e está em consonância com a meta 1 do Plano Nacional de Educação, que diz respeito à universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

A assistência financeira é prestada de forma suplementar por parte do MEC/FNDE para construção de novas unidades escolares baseadas em projetos padronizados, oferecidos por esta Autarquia. A aprovação das demandas para fins de celebração de termos de compromisso dependem de avaliação técnica das propostas de engenharia desenvolvidas pelas entidades públicas interessadas.

Além disso, as redes municipais e estaduais de educação, voltadas para o ensino fundamental e médio regular, têm sido reestruturadas com recursos federais, garantidos por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), apresentando-se em conformidade com as metas 2 e 3 do Plano Nacional de Educação, que trata da universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e universalização do atendimento do ensino médio.

No caso de novas construções, os projetos arquitetônicos que atendem aos quesitos de padrão construtivo mínimo e de funcionamento são oferecidos às entidades que buscam expandir suas redes físicas educacionais. As ações são implantadas tanto em áreas urbanas como em localidades rurais, remanescentes de quilombos e aldeias indígenas, sendo que, além delas, apoiam-se ações de construção e reforma de unidades escolares.

Em relação às metas 2 e 3, estratégias específicas preveem o atendimento a escolas de educação no campo, indígenas e quilombolas, através do desenvolvimento de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial dessas escolas, bem como, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar, de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas regionais. Para cumprimento dessas estratégias de atendimento, tem sido fundamental a elaboração, por parte do FNDE em parceria com a SECADI/MEC, de projetos e edifícios que atendam as especificidades supramencionadas.

Em relação às redes estaduais, em consonância ao estabelecido na meta 10 do Plano, que pretende oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, o FNDE incentiva a melhoria do ensino médio profissionalizante, por meio do Programa Brasil Profissionalizado que busca integrar o ensino regular com a formação profissional, oferecendo aos jovens a possibilidade de estudar em escolas adaptadas e qualificadas. A sistemática de atendimento às ações de infraestrutura se assemelha às ações de obras do PAR.

Desde 2010, com a intenção de estender o uso das escolas para o contra turno, o Ministério da Educação passou a investir também na construção de quadras e coberturas de quadras escolares, cujos recursos são garantidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O incremento orçamentário nas ações de obras educacionais, vinculadas ao Plano, cresceu exponencialmente nos últimos anos, contabilizando-se, até 2016, aproximadamente 28 mil obras com recursos federais oriundos do FNDE. Um olhar crítico e especializado dos processos de infraestrutura é imprescindível para que os objetivos do PNE sejam atingidos, garantindo que as ações programadas se tornem efetivas nos estados e municípios.

Além da necessidade de se avaliar criteriosamente as ações cadastradas no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação-SIMEC, bem como os convênios de infraestruturas escolares existentes, cabe ao FNDE desenvolver e atualizar permanentemente os projetos padronizados oferecidos aos entes federados, enquanto assistência técnica. É função da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional acompanhar e desenvolver estudos propositivos que atendam às exigências arquitetônicas de novos prédios públicos, consoantes com as políticas pedagógicas disseminadas pelo Ministério da Educação. Os modelos construtivos são desenvolvidos para permitir dar celeridade às construções escolares, mantendo os padrões construtivos mínimos, bem como o padrão de sustentabilidade, segurança, estanqueidade, conforto e economia. Também são considerados aspectos relacionados à identidade visual dos projetos arquitetônicos e a ambientação dos seus interiores; buscando reforçar a identidade e a padronização da comunicação visual das edificações padronizadas do FNDE. Paralelamente, busca-se o desenvolvimento de material técnico, visual e gráfico visando à divulgação dos projetos de forma padronizada através de modelos físicos e digitais.

Por fim, salientamos que o ciclo do PAR 3 se encontra aberto para elaboração do planejamento pelos entes federados. Nesta fase, os estados e municípios concluíram o levantamento de informações de suas redes e estão elaborando os seus planos articulados voltados para as dimensões da gestão educacional, formação de profissionais da educação, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos, para o quadriênio. É importante destacar que além das análises advindas dos novos planos que são inseridas no PAR, também serão realizadas análises dos processos de obras em execução e em fase conclusiva.

Diante do exposto, justifica-se a contratação de profissional com formação na área de arquitetura e urbanismo ou desenho industrial, considerando a necessidade imediata de suprir o FNDE de profissionais qualificados para atender às exigências técnicas decorrentes dos Planos de Ações Articuladas, especialmente, no que se refere ao material visual e gráfico digital dos projetos do Proinfância, Unidades de Educação para atendimento da Educação Indígena e Espaço Educativo de Ensino Fundamental, atendendo aos padrões construtivos estabelecidos pelo Ministério da Educação.

5. Atividades que deverão ser executadas

- a) Aprimorar a identidade visual do material técnico, bem como desenvolver novos parâmetros de desenho para esta identidade nos projetos padrão já desenvolvidos e em desenvolvimento pelo corpo técnico do FNDE para edificações escolares.
- b) Desenvolver elementos de representação (maquetes) através de modelos tridimensionais em meio eletrônico, para maior compreensão dos projetos arquitetônicos padrão desenvolvidos para edificações escolares e sua divulgação.

6. Produtos ou resultados previstos, remuneração e cronograma de entrega

a) Descrição do produto:

Produto	Data de entrega
Documento técnico “nº 01”, contendo proposta de maquete eletrônica, com 4 (quatro) vistas externas das edificações escolares padrão – Proinfância TIPO 1 - MEC/FNDE, bem como proposta de maquete eletrônica, com 4(quatro) vistas externas das edificações escolares padrão – Proinfância TIPO 2 - MEC/FNDE.	60 dias após a assinatura do contrato
Documento técnico “nº 02”, contendo proposta de maquete eletrônica, com 3 vistas externas das edificações escolares padrão – Unidade de Educação Indígena IND8A (Estrutura Metálica) - MEC/FNDE, bem como proposta de maquete eletrônica, com 3 vistas externas das edificações escolares padrão – Unidade de Educação Indígena IMA4A (Estrutura Madeira) - MEC/FNDE, e proposta de maquete eletrônica, com 3 vistas externas das edificações escolares padrão – Unidade de Educação Indígena IMA8C (Estrutura Madeira) - MEC/FNDE.	120 dias após a assinatura do contrato
Documento técnico “nº 03”, contendo proposta de maquete eletrônica, com 6 vistas externas das edificações escolares padrão – Espaço Educativo de Ensino Fundamental 5 salas de aula - MEC/FNDE, bem como proposta de maquete eletrônica, com 4 vistas externas das edificações escolares padrão – Espaço Educativo de Ensino Fundamental 9 salas de aula térreo - MEC/FNDE, e proposta de maquete eletrônica, com 2 vistas externas das edificações escolares padrão – Espaço Educativo de Ensino Fundamental 9 salas de aula - MEC/FNDE.	180 dias após a assinatura do contrato
Valor total do contrato por consultor	

7. Requisitos mínimos de qualificação

a. Formação acadêmica

Curso superior completo na área de Arquitetura e Urbanismo ou Desenho Industrial, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

Desejável pós-graduação nas referidas áreas.

b. Experiência profissional

Experiência mínima comprovada de 03 (três) anos na elaboração de maquetes eletrônicas de projetos de arquitetura ou similares.

Desejável experiência na elaboração de projetos de infraestrutura educacional.

8. Processo seletivo

8.1 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato.

8.2 A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou teleconferência, nesse caso os diálogos serão obrigatoriamente gravados.

8.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

8.4 A seleção simplificada é pautada pela análise de currículos e entrevista, conforme segue:

I - PRIMEIRA ETAPA – Análise de Currículos

a) serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente os requisitos obrigatórios exigidos divulgados no edital;

b) nesta etapa será aferida pontuação para os currículos inscritos que atendem aos requisitos obrigatórios;

c) A pontuação será atribuída conforme quadro abaixo;

d) serão indicados para a etapa de entrevistas os candidatos que atenderam aos requisitos obrigatórios mínimos exigidos no edital;

e) os totais de pontos recebidos nesta etapa irão compor a pontuação total recebida pelo candidato. PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista).

II - SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas

a) serão indicados para a etapa de entrevistas os candidatos que atenderam integralmente aos requisitos obrigatórios mínimos exigidos no edital;

b) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato.

Critérios de avaliação

8.6 Formação Acadêmica (Pontuação Máxima – 03 pontos)

CARACTERIZAÇÃO (Pontuação cumulativa – Máximo 03 pontos)	PONTUAÇÃO
Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo ou Desenho Industrial.	1,0
Desejável pós-graduação nas referidas áreas.	2,0

8.7 Experiência Profissional

CARACTERIZAÇÃO (Pontuação escalar – Máximo 06 pontos)	PONTUAÇÃO
03 (três) anos na elaboração de maquetes eletrônicas de projetos de arquitetura ou similares.	2,0
Acima de 03 (três) anos de experiência comprovada no desenvolvimento de atividades correlatas à contratação. Acrescenta-se 0,5 (meio) ponto a cada ano. No máximo 2,0 (dois) pontos.	até 2,0

Experiência no acompanhamento e elaboração de projetos de infraestrutura educacionais, experiência na representação de diferentes sistemas construtivos, como estruturas em concreto, metálica e em madeira. Acrescenta-se 0,5 (meio) ponto a cada ano. No máximo 2,0 (dois) pontos.	até 2,0
--	---------

8.8 Entrevista

CARACTERIZAÇÃO (Pontuação cumulativa – Máximo 05 pontos)	PONTUAÇÃO
Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	0,5
Expressar-se bem, possuindo boa fluência verbal e capacidade de raciocínio.	1,0
Domina os assuntos relativos à sua contratação, como: conhecimento técnico de projetos e análises técnicas relacionadas à infraestrutura; normativas que regem a administração pública bem como elaboração de pareceres técnicos pertinentes ao objeto do contrato.	2,5
Demonstra interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC nas políticas de melhoria da educação nacional.	1,0

Serão exigidos documentos comprobatórios dos itens 8.6 e 8.7

9. Vigência do contrato: Em 06 (seis) meses a partir da data de assinatura do contrato.

11. Número de Vagas: 01 (uma) vaga.

12. Local de Trabalho: As atividades serão desenvolvidas em Brasília (DF).

13. Considerações gerais

Os produtos deverão ser entregues à Coordenação Geral de Infraestrutura Educacional – CGEST/DIGAP/FNDE, SBS, Bloco F, Ed. FNDE, 14º Andar, Brasília (DF), em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em 1 (um) exemplar gravado em CD ROM, na versão MS Word ou Open Office, contendo a assinatura do consultor na página inicial e rubrica nas demais páginas;

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

O consultor deve ter disponibilidade para comparecer no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em horário comercial, para reuniões com a equipe técnica de Desenvolvimento de Projetos da Autarquia, no mínimo uma vez por mês.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao Ministério da Educação, e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia do Ministério da Educação.

Brasília, 16 de outubro de 2018.

JULIO CEZAR DA CAMARA RIBEIRO VIANA
 Coordenador Executivo do Projeto de Cooperação Técnica Internacional - OEI BRA 14/004